



Anais da Assembléia

N.92

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE SETEMBRO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 76.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 1986
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Erondy Silvério.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte (36). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Donato Gulin, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondy Pugliesi, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Werner Wanderer e Wilson Fortes (20).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 117/86 *Prop. 122/86*
Curitiba, 27 de agosto de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

a inclusa cópia autêntica do Convênio 663/85, celebrado em 13 de dezembro de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Município de Almirante Tamandaré, objetivando ação conjunta para criar serviços na área da educação como forma de oferta de melhores condições para educação formal.

Foram, também, celebrados idênticos convênios com os municípios constantes da inclusa relação, nas datas e com os valores que especifica, cujas cópias deixam de ser anexadas por se tratar de minuta-padrão e às quais, igualmente, solicito o referendo desse Poder.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 118/86 *Prop. 123/86*
Curitiba, 27 de agosto de 1986
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 675/85, celebrado em 6 de novembro de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Município de Pranchita, objetivando o fortalecimento do ensino municipal, com vistas à expansão da educação pré-escolar.

Com o Município de São Jerônimo da Serra, em 16 de dezembro de 1985, foi celebrado Convênio idêntico, sob n. 676/85, no valor de Cr\$ 4.200.000, cuja cópia deixa de ser anexada por se tratar de minuta-padrão e à qual, igualmente, solicito o referendo desse Poder.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 119/86

Curitiba, 27 de agosto de 1986
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., o imóvel constituído de uma área de terras medindo 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), situada no Município de Mallet e havida pelo Estado do Paraná conforme Transcrição n. 4.193, às fls. 50, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que, conforme dispositivo expressamente contido no anteprojeto, a donatária Cooperativa Agrícola Irati Ltda., somente utilizará tal imóvel em benefício dos agricultores do Município de Mallet, não podendo transferi-lo a terceiros ou utilizá-lo para outros fins, sob pena de automática reversão ao patrimônio do Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 204/86

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., o imóvel constituído de uma área de terras medindo 5.000m², situada no Município de Mallet, objeto da Transcrição n. 4.193, de 14 de setembro de 1950, do Livro 3-C, fls. 50, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior somente poderá ser utilizado em benefício dos agricultores do Município de Mallet, não podendo em qualquer tempo ser transferido para terceiros ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 120/86 - Prop. 124

Curitiba, 27 de agosto de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-Ratificação, datado de 3 de dezembro de 1985, ao Convênio celebrado em 12 de julho

do mesmo ano, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Município de Apucarana, objetivando a aplicação de recursos do FINSOCIAL, na área da educação pré-escolar.

Foram, também, firmados idênticos termos de re-ratificação com os municípios constantes da inclusa relação, nas datas que especifica, cujas cópias deixam de ser anexadas, por se tratar de minuta-padrão e às quais, igualmente, solicito o referendo dessa Casa de Leis.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 121/86 - Prop. 125

Curitiba, 27 de agosto de 1986
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos a convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de interesse do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, nos Municípios signatários.

Municípios	Data do aditamento	Data do Convênio Aditado
Apucarana	31/12/85	02/08/85
Arapongas	30/12/85	13/08/85
Astorga	30/12/85	12/08/85
Bela Vista do Paraíso(1.º)	30/12/85	06/10/85
Bela Vista do Paraíso(2.º)	31/12/85	06/10/85
Capanema(1.º)	30/12/85	03/10/85
Capanema(2.º)	31/12/85	03/10/85
Dois Vizinhos(1.º)	30/12/85	23/12/85
Dois Vizinhos(2.º)	31/12/85	23/12/85
Faxinal(1.º)	30/12/85	12/12/85
Faxinal(2.º)	31/12/85	12/12/85
Ibiporã	30/12/85	03/09/85
Jacarezinho	31/12/85	05/08/85
Loanda	30/12/85	05/07/85
Marechal Cândido Rondon(1.º)	30/12/85	08/10/85
Marechal Cândido Rondon(2.º)	31/12/85	08/10/85
Nova Londrina	30/12/85	06/08/85
Ponta Grossa(1.º)	30/12/85	20/11/85
Ponta Grossa(2.º)	31/12/85	20/11/85
Sertãoópolis	30/12/85	03/09/85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.122/86

Curitiba, 27 de agosto de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios adiante mencionados, objetivando a construção de prédios destinados às instalações das Circunscrições Regionais de Trânsito nos Municípios signatários:

Município	data de celebração
Altônia	30/12/85
Barracão	30/12/85
Cambará	30/12/85
Dois Vizinhos	23/12/85
Faxinal	12/12/85
Ponta Grossa	20/11/85
Santa Izabel do Ivaí	30/12/85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.123/86

Curitiba, 27 de agosto de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de dezembro de 1985, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o município de Cruzeiro do Sul, objetivando a construção de prédio destinado a abrigar Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio

texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.124/86

Curitiba, 27 de agosto de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais o incluso anteprojeto de lei dispondo que a categoria funcional de Técnico de Administração, código P-15, constante do Anexo I, Grupo P - Profissional, da Lei n.7.424, de 17 de dezembro de 1980, fica transformada em categoria funcional de Administrador.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis que, vale frisar, não implica em qualquer aumento de despesa, é proposto em face do advento da Lei Federal n.7.321, de 13 de junho de 1985 que, no parágrafo único, de seu art.1.º, altera para "Administrador" a denominação da categoria profissional de Técnico de Administração.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 205/86

Art.1.º - A Categoria funcional de TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO, Código p-15, constante do Anexo I, grupo P - Profissional, da Lei n.7.424, de 17 de dezembro de 1980, fica transformada em categoria funcional de ADMINISTRADOR.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, fulcrado na alínea "c", do art. 106, do Regimento Interno desta Casa, REQUER seja incluído na Pauta da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n. 160/86, em Regime de Urgência conforme requerimento aprovado em sessão plenária de . . . 86.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor NILO JOHNSON, ocorrido na data de 30 de agosto do corrente ano, no município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo e PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Darci José Costa, ex-Coordenador Regional do I.P.E., na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Darci José Costa foi um dos homens que contribuíram com o seu trabalho e a sua vida para o progresso e o desenvolvimento de Campo Mourão. Seu exemplo de honradez e coragem, faz por merecer a manifestação de pesar desta Casa de Leis.

O Senhor Darci José Costa deixa filhos e netos em Campo Mourão, cidade que se encontra enlutada pelo passamento prematuro de mais um filho querido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor AMADEU ZANETTI, ocorrido em Ponta Grossa, em data de 26 de agosto de 1986.

O extinto era casado com D. Joana D'Arc Simões Zanetti e deixa os seguintes filhos: Ione, Humberto, Doralice, Gil, Eduardo, Eni, Maria Lúcia, Odete, Ângela e Eloina.

Pertencente à tradicional família pontagrossense, o Sr. Amadeu Zanetti era empresário, tendo prestado ao longo de sua existência, relevantes serviços à comunidade princesina que hoje lamenta a perda irreparável do amigo, pai exemplar e elemento que gozava do mais alto conceito e admiração.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Santos Dumont, n. 1348 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALBINO GUGELMIN, ocorrido no último dia 28 de agosto, nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Albino Gugelmin nasceu dia 07 de novembro de 1903 e faleceu em 28 de agosto de 1986, deixando viúva Dona Cezarina Mello Gugelmin e os filhos: Alceu, Eunice, Regina e Luiz Cláudio, deixando ainda doze netos e quatro bisnetos.

O passamento do industrial Senhor Albino Gugelmin veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

Ao longo de sua existência, as pessoas, ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente sua passagem pelas realizações de grandes feitos por característica pessoal de bom relacionamento com sua comunidade.

Senhor Albino, a vida privou seus familiares de seu convívio e nos corações dos amigos sua eterna presença.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família Gugelmin, endereçando-lhe voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de congratulações à Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e por ser motivo de orgulho a todos os paranaenses. A Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná possui diversos álbuns gravados e distribuídos, sendo considerada pelos críticos como uma das primeiras corporações musicais do Brasil.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Cel. SÉRGIO MANOEL MASTEK RAMOS, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, para que transmita a todos os componentes da Banda de Música a homenagem deste Poder.

Sala das Sessões, 02.09.86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Paraná foi fundada em 1857, pelo Presidente do Estado Zacarias de Góes e Vasconcelos.

Para dirigi-la foi chamado o cidadão de Paranaguá-PR, Bento Antônio de Menezes, maestro muito conhecido na época.

Os primeiros músicos foram: Bento Antônio de Menezes, Clarimundo José da Silva, Américo dos Santos Moraes, Prudente Antônio do Nascimento, Antônio José de Almeida Bicudo, Manoel Efigênio dos Santos, Manoel Antônio Fabrício, Manoel do Nascimento e Souza, Francisco Alves Pereira Martins, Alexandre José de Almeida Garret e outros.

Sua primeira apresentação ocorreu em 1860, por ocasião dos festejos da Emancipação Política do Paraná, comemorado a 19 de dezembro de 1860.

Neste dia, a Banda de Música desfilou garbosamente pelas principais ruas da cidade, representando a Polícia Militar do Paraná, sendo que foi muito aplaudida pela população.

Em 1875, assumiu a Banda de Música o Maestro Clarimundo José da Silva.

Em 1892, assumiu a Banda de Música o Maestro Vicente Dalo, que a conduziu até 1913 quando entregou o comando ao Maestro Romualdo Suriani.

Na regência do Maestro Capitão Suriani, a Banda de Música alcançou notáveis progressos, sendo que pela primeira vez um grupo musical do Paraná sagrou-se Campeão de Bandas no Concurso realizado na Cidade de Campinas, terra do imortal Carlos Gomes.

Em 1942, assumiu o comando da Banda de Música o grande Maestro Ângelo Antonello, que mais uma vez em 1951 sagrou-se Campeã Nacional de Bandas na Cidade de Campinas. O Maestro Antonello legou à Banda de Música e à coletividade além de um expressivo gosto musical que agradava a todos, também inúmeras páginas musicais que são executadas em todo o Brasil (Coronel Dulcídio, 5 de Outubro, Capitão Lessa e outras).

Em 1960, assumiu o comando da Banda de Música da Polícia Militar, o Capitão Acir Benedito Tedeschi, que a conduziu até 1976 quando entregou seu comando ao Capitão Izidoro Rossi.

No comando do capitão Rossi, foi reestruturado o Quadro Geral da Banda de Música que é o existente até hoje.

O Capitão Izidoro Rossi entregou o comando em 1980, ao Capitão Isaac da Silva, que a dirige até a presente data.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações ao Ministro da Previdência Social, Doutor RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES pela feliz e oportuna determinação de iniciar, ainda este ano, a reposição da defasagem nos valores das aposentadorias dos últimos anos.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Ministro Raphael de Almeida Magalhães, para que sinta a euforia e o carinho de toda a comunidade de aposentados da Previdência Social do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A defasagem nos valores das aposentadorias dos últimos anos, em muitos casos é superior a 100% do valor inicial do benefício, razão por que julgamos como imperativo a imediata determinação para a reposição da referida defasagem.

Temos acompanhado a preocupação do Senhor Ministro da Previdência, em reverter esse processo, mediante estudo profundo da humanização na aposentadoria dos segurados, cujo princípio básico é o da integração de esforços materiais e humanos no empenho da solução angustiante em que se encontram os aposentados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder, de um voto de congratulações à Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas do Paraná - "AOSPAR", pela realização do 1º Congresso dos Aposentados e Pensionistas do Paraná, no Colégio Estadual do Paraná, no próximo dia 04 do corrente.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à referida Associação, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Sr. J. R. Lopes Júnior, à Av. Visconde de Guarapuava n. 2.435, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações pela passagem dos 50 anos de posse de Dom ÁTTICO EUZÉBIO

DA ROCHA, segundo Arcebispo de Curitiba.

REQUER, ainda que, na mesma Ata seja transcrito o discurso proferido, naquela ocasião, pelo saudoso Desembargador MANOEL LACERDA PINTO, que proferiu a saudação em nome da população de Curitiba, cuja oração transcrevemos na justificativa.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Sua Excelência Reverendíssima Dom PEDRO FEDALTO, Arcebispo Metropolitano.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo: Desejando exprimir nesta hora o que lhes vai na alma, transbordante da mais pura alegria, os católicos de Curitiba foram buscar na penumbra de um propositado isolamento o seu intérprete, para lhe conferirem a honra desta delegação acima de suas forças. Quiseram os católicos desta Paróquia de Nossa Senhora da Luz que fossem as suas homenagens a Vossa Excelência traduzidas por um representante da geração de intelectuais que, um dia, justamente quando ascendia à sede do Bispado Dom João Braga, teve a infelicidade de perder a fé, nos desvários inconscientes da adolescência tanto era propício o meio, por volta de 1908, à fermentação do mais desolador agnosticismo.

E fizeram bem os que ele aqui representa, porque quem vem dizer a Vossa Excelência como são grandes as esperanças de que todos estão possuídos nesta hora, teve a fortuna de serem volvidos vinte e cinco anos, o representante dos católicos do Paraná na Constituinte de 1934 e passou a considerar um dos mais legítimos motivos de contentamento de toda a sua vida o haver cooperado para que fossem incluídas no texto constitucional as emendas católicas, com as quais foi quebrado o injustificável silêncio de quarenta anos de legislação republicana, acerca das aspirações religiosas do povo brasileiro.

E a lembrança da ainda curta vida dessa geração, importa em recapitular os últimos quarenta anos da nossa religião no seio deste povo, que a auspiciosa chegada de Vossa Excelência Reverendíssima, enche do mais intenso e vibrante entusiasmo.

Nos sete anos que precederam a conflagração européia, não seria fácil ao ilustre e benemérito antecessor de Vossa Excelência vencer os óbices criados por aquele agnosticismo proteiforme, de que ainda restam, aqui e ali algumas radículas teimosas. Veio a catástrofe em cujo sombrio decurso como que sentimos sossobrar um mundo, tanto é certo que a história da humanidade, nos últimos decênios, ficou profundamente sulcada pelo tremendo cataclis-

ma e dividida nos períodos opostos do pré-guerra e o pós-guerra. E este último período, que estamos vivendo é bem o limiar de uma idade nova, em que a humanidade tem de realizar a unidade espiritual prevista por Gonzague de Reynold, e no único sentido possível dessa unidade, que é o sentido católico.

O homem se encontra em uma das mais surpreendentes encruzilhadas da história, mas a nós católicos, a nós que não esquecemos a promessa de que as portas do inferno não prevalecerão contra a Igreja, a nós não nos assalta a dúvida, porque sabemos o nosso destino. Essa nossa inabalável confiança está bem expressa pelo autor de "L'ÉGLISE".

Quanto durará Mussolini e quanto Hitler?

Quanto durarão os regimes e as combinações políticas que temos sob os olhos? Não sei, mas o Papa lá está e de tal modo lhes é anterior que - podemos predizê-lo, sem risco - lá continuará ainda depois que eles passarem e os que esperam a herança deles.

E é precisamente no momento em que o Brasil acorda para a reação necessária contra as forças inferiores, que procuram minar o nosso edifício espiritual, - é precisamente neste instante que Vossa Excelência Reverendíssima chega a estas paragens, recebido nos braços de um povo generoso e sincero de uma população em que se fundem elementos representativos de todas as grandes raças do globo, sobre um solo rico e fecundo território privilegiado, verdadeira reminiscência física do Éden, em que a natureza, pródiga de maravilhas tem a doçura de um sorriso de penealegria.

É ingente a tarefa Excelentíssimo Senhor Arcebispo, na seara que Nosso Senhor aqui destinou aos cuidados paternais de Vossa Excelência. Mas esta era, que hoje brilhantemente se inaugura, será - nós temos a certeza disso - uma era de grandes realizações imorredouras. Hão de reflorescer as paróquias dos três bispados de nossa terra, na fecundidade da prece e do trabalho. Hão de as escolas disseminar a palavra de Deus e hão de os púlpitos confiados aos que sabem ministrar a sagrada lição, dardejear a mais pura luz da doutrina. Hão de multiplicar-se os catecismos de perseverança, em tanta quantidade e de tanta eficiência que cada crente se torne um foco de irradiação de fé, pela palavra e pelo exemplo. E só assim poderemos ver coroado do mais radioso êxito o episcopado de Vossa Excelência Reverendíssima, episcopado que há de ser para nós o da ação católica como da ação católica está sendo cognominado o glorioso pontificado de S.S. Pio XI.

No dia em que cada católico souber explicar e defender as verdades da sua fé, por tê-la consolidado no estudo, através dos ensinamentos da Igreja, nesse dia cada um seja qual for o posto que Deus lhe houver dado na vida, há de pregar pelo simples exemplo aquela fé sublime, há de tornar-se apóstolo um valoroso obreiro da ação católica.

E esse magnífico resultado nós o esperamos da direção de Vossa Excelência Reverendíssima, porque sabemos que a Santa Sé nos enviou para guiar um sacerdote de vasta cultura e altíssimas virtudes, de ameno trato e de energia sem desfalecimentos, qualidades todas que fazem de Vossa Excelência o digno sucessor de D. João Francisco Braga, como farão o triunfador de amanhã, na obra gigantesca que o Paraná vai realizar.

Não foi debalde que Deus marcou este dia para a entrada de Vossa Excelência em Curitiba. Hoje é a festa do Doutor Angélico, sob cuja proteção frutificam no mundo todas as nossas escolas. Santo Tomaz de Aquino está, nesta hora de tanto contentamento para todos os paranaenses, impetrando ao Altíssimo as benções especiais de que precisamos para a realização segura de todos os nossos propósitos. Sua profunda doutrina, que os sumos pontífices reiteradamente recomendam e recomendam, nós a teremos puríssima, nas lições da Igreja.

Pedindo como faz a oração da missa de hoje, a graça de aprendê-la cabalmente "intellectu conspicere", não deixaremos de pedir a graça de lhe imitar os exemplos - "et quae egit, imitatione complere". E, dentre esses exemplos, cada qual mais edificante, aquele da sua obstinação sem limites quando suportou até os dois anos de prisão no castelo da família, para não largar os farrapos que ainda lhe restavam do hábito de São Domingos. Dessa tenacidade invencível nasceu depois o monumento das duas Sumas e de todos os escritos com que através do Anjo das Escolas, ilumina Deus a sua Igreja. Dessa constância de todos os minutos nascerá para nós a messe incomparável de benefícios que havemos de colher, guiados pelos conselhos sábios de Vossa Excelência Reverendíssima.

Nós aqui estamos, todos os católicos de Curitiba, só à espera da voz potente do comando, que vai partir dos lábios de Vossa Excelência. Nesta terra das altas araucárias, cujas frondes sobem direitas para o céu, todos os corações se unem hoje, no mais estreito amplexo de fraternidade, e mandam-me dizer a Vossa Excelência quanto se sentem felizes por acolherem o pastor ilustríssimo que Vossa Excelência é. Naqueles pinheiros do Paraná cuja verticalidade é um assombro de impulsão natural para as alturas, tem Vossa Excelência Re-

verendíssima o símbolo das nossas aspirações porque desejamos, seguindo a Garrigou - Lagrange, que nunca é demais citar, ver o minuto presente, não na linha horizontal do tempo, entre um passado que não mais existe e um incerto futuro temporal, mas na linha vertical que liga esse minuto ao único instante da imóvel eternidade".

Unidos em Cristo, os católicos de Curitiba vêm, por intermédio do último deles, depôr na mão augusta de Vossa Excelência Reverendíssima o ósculo da mais perfeita fidelidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado um voto de apoio à ação do Presidente da Agrária Cooperativa Mista de Entre Rios, Mathias Leh, conclamando ao patriotismo os responsáveis pela política econômica e agrícola do nosso País, no sentido de ser revogada a decisão do Governo de pagar parceladamente pelo trigo este ano. O "patriotismo" deste ano pode significar, segundo os produtores, a incapacidade de plantar nos próximos.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa aos Ministros Iris Rezende, da Agricultura, João Sayad do Planejamento e ao Presidente da Agrária, Mathias Leh.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a aquisição de um terminal telefônico na Escola Estadual "Epaminondas Novaes Ribas", Ensino de 1º Grau, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Como a Escola Estadual "Epaminondas Novaes Ribas" está localizada num bairro distante do centro da cidade, a falta de um telefone dificulta enormemente a comunicação da Escola com a Inspeção, com outros estabelecimentos de ensino e com a própria comunidade, aumentando o tempo de execução de pequenas tarefas, que exigem a locomoção de vários locais para a obtenção de simples informações.

Assim sendo, é urgente e imperiosa a

necessidade da aquisição de um terminal telefônico para a referida Escola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heins Georg Herwig. MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica na Rodovia 180, trecho que liga o término da rodovia ao trevo para Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica do referido trecho vai melhorar sensivelmente o tráfego entre as cidades de Goioerê e Moreira Salles, facilitando o transporte de produtos agrícolas e industriais, assim como o transporte de passageiros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública do Paraná, com o seguinte teor:

Qual a atual situação funcional do agente policial Wilson Ronaldo de Oliveira Santos?

O referido policial foi autorizado a prestar serviços à Prefeitura Municipal de Japira?

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

O agente policial Wilson Ronaldo de Oliveira Santos tem dedicado grande parte de seu tempo na Prefeitura de Japira. Sua atuação o identifica apenas como um pseudo-candidato a candidato a prefeito do município nas eleições de 1988. Tem perseguido os adversários políticos, gerando um clima de profundo mal-estar no seio da comunidade local, onde sempre imperou o trabalho e a ordem.

A indesejável presença do policial, que se auto-intitula detetive, só tem causado aborrecimentos à população pacata de Japira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando in-

formações sobre o desaparecimento de vul-tosa quantidade de combustível ocorrido no Porto de Paranaguá, e em caso afirmativo, qual a quantidade desaparecida, quais as medidas tomadas a respeito, e se houve demissão de qualquer funcionário diretamente relacionada com o caso em questão.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Líder do Governo e PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando que o BANESTADO volte a atender o público no horário antigo, compreendido entre 10:00 e 16:30 horas. O motivo se prende ao fato de que o atual horário causa grandes inconvenientes à população, além de impedir que o Banco cumpra sua função social, tanto no aspecto público em geral, como também em relação aos seus próprios funcionários.

É importante ressaltar que esta medida depende única e exclusivamente de uma decisão do Governo, pois não é impedida pelo Banco Central.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja remetida correspondência dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a designação de um engenheiro-agrônomo para o escritório existente na municipalidade de Campina da Lagoa.

Atendendo apelo apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Antônio de Lima, Prefeito Municipal, o presente requerimento tem por finalidade colocar, a essa ACARPA, assim como a essa Pasta, a situação ora vivenciada pelo conjunto de agricultores de Campina da Lagoa, que estão sem assistência rural devido à falta de um profissional para atendê-los, criando, deste modo, uma gama de dificuldades, notadamente naquelas propriedades de pequeno e médio portes.

Neste sentido, espera-se que medidas, efetivamente, sejam tomadas, visando pôr fim a esta situação, injusta, aliás, para com aquela rica região de Campina da Lagoa que tanto tem contribuído para a produção agrícola de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) RUBENS BUENO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.203/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art.1.º - O inciso II do título "Dos Distribuidores, da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), constante do Anexo da Lei n.6.149, de 09 de setembro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

.....
.....

DOS DISTRIBUIDORES

I -

II - Distribuição de escritura, títulos para protestos ou de títulos relativos a direitos reais imobiliários, que se destinem à matrícula nos Ofícios de Registro de Imóveis:

..... 0,055 VRC

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.86.

(a) FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

A Lei estadual n.8280, de 24 de janeiro de 1986, publicada no Diário Oficial de 03 de fevereiro do mesmo ano, mantendo o disposto na Lei n.6149, de 09 de setembro de 1970, como medida salutar à administração e ao auxílio da Justiça, adjudicou ao 3.º Ofício de Distribuidor, da Comarca de Curitiba, a atribuição de promover a distribuição dos títulos relativos a direitos reais imobiliários sujeitos à matrícula nos Ofícios de Registro de Imóveis, e os de crédito destinados aos Ofícios de Protesto de Títulos (Cfr. art.235, I, e, na redação dada pela Lei n.8280/86).

Entretanto, consoante se infere da inclusa Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), no Título reservado aos "Distribuidores", há visível desigualdade entre as custas fixadas em favor das Serventias previstas no item I e as do item II.

Ocorre que, tal desigualdade é de todo injustificável, pois, não só o volume de serviços, como também as despesas, os encargos e o número de funcionários a remunerar no fim de cada mês são bem maiores para as serventias do item II do que para as do item I.

Assim, afora constituir violação aos princípios da equidade e da isonomia (art.153, § 1.º, da Constituição Federal), o tratamento desigual, quanto às custas

estabelecidas entre serviços de idêntica natureza e de semelhante funcionalidade, implica para aquele que é menos remunerado, prejuízos que certamente irão influir tanto na qualidade como na presteza dos serviços que lhe estão afetos.

Dai que, considerando as custas atualmente estabelecidas para os Ofícios do item II estão fixadas em apenas 0,016 VCR, as quais não bastam, nem de perto, para satisfazer seus gastos ordinários, sequer foi tomada, para fixação das custas devidas pela realização dos atos dos referidos Ofícios do item II, a média entre o limite mínimo e o máximo para os atos similares de distribuição no foro judicial arrolados no item I, ou seja: - 0,030 VCR para o mínimo, e 0,080 VCR no máximo (Cfr. inclusa Tabela), disso resultando os 0,055 VCR do projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está aprovada a Ata. Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra a Senhora Deputada Amélia Hruschka, inscrita.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Na qualidade de Deputada e mãe de família, é com profundo pesar que assisto à falta de leite em milhares de lares do nosso povo.

Senhores Deputados, nós sabemos o que isso representa, pois, temos assistido em diversos bairros, vilas e cidades, a reclamação de amplos setores da população, indignada com esse grave problema na economia nacional.

É necessário que o Governo, os produtores rurais e todos os setores envolvidos neste problema, tenham chance de se reunirem e chegarem a um acordo, para que a população não sofra os efeitos da falta do leite.

O Brasil não pode prescindir deste alimento básico, responsável pela alimentação das crianças em fase de crescimento, formação mental e psicológica. Diversos estudos de eminentes cientistas, comprovam que é na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, que a criança mais necessita de uma alimentação adequada, caso contrário, os efeitos da falta de alimentos, do leite por exemplo, causará graves problemas no desenvolvimento físico e mental dessas crianças. E nós não queremos isso, Senhores Deputados. Nós não podemos aceitar que o futuro deste País seja comprometido nesta geração.

O Brasil necessita de homens fortes e devidamente desenvolvidos. Tudo aquilo que os nossos antepassados construíram ao longo da História, todas as lutas de valerosos líderes civis e militares do passado,

não podem ser esquecidas, não podem ser negadas nos dias em que vivemos. E a melhor forma de homenageá-los é homenageando a Pátria, a continuidade de seus valores democráticos, ordeiros e progressistas, na construção de um Brasil gigante do qual todos nós nos orgulhamos.

A falta de leite nos lares brasileiros é lamentável, sob todos os aspectos, porque representa o sacrifício de toda uma geração de brasileiros que não vai se alimentar devidamente. E qual será o futuro dessa geração, Senhores Deputados?

Neste início da Semana da Pátria quero fazer um apelo a todos os brasileiros patriotas que se orgulham da terra em que nasceram, para solucionar este problema da falta do leite, pois, este é um problema da maior gravidade.

Quero fazer um apelo ao Governo e um apelo aos produtores para refletirem enquanto pessoas comprometidas com o futuro deste País, comprometidas com o futuro do Brasil, para estudarem um acordo que ponha fim a esta falta de leite.

A Pátria não é simplesmente um estudo de economia agrícola, uma estatística que apresenta lucros e perdas, mas acima de tudo, é o lugar onde nascemos, o túmulo dos nossos antepassados, o berço das gerações futuras. E por ser assim, cada um de nós tem um grande compromisso na preservação da integridade deste País, na construção de um Brasil forte, gigante. E a melhor forma de demonstrar esse compromisso, esse respeito, esse amor à Pátria, é permitindo às futuras gerações uma vida digna, uma formação saudável, um desenvolvimento físico e mental dentro dos padrões da normalidade."

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO CÉSAR FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento solicitando ao Sr. Governador do Estado e ao Presidente do Banco do Estado, que voltem a abrir as agências do BANESTADO no horário antigo, das dez às dezesseis horas e trinta minutos.

Isto tem uma razão fundamental. Primeiro porque o Banco Central, quando tomou estas medidas de restringir o horário de atendimento bancário, as tomou pressionado pelos bancos privados que, após o Plano Cruzado, perderam a "teta fácil" da exploração do povo e tiveram que se adaptar às novas medidas do Governo Federal. E, entre as medidas, eles promoveram um verdadeiro massacre de demissões, em que mais de cem mil bancários do Brasil inteiro foram de-

mitidos neste período. Os bancos privados demitiram pessoal e, mais uma vez "tiram o couro" do povo brasileiro, na medida em que restringem o horário de atendimento da população.

Os bancos estatais, que têm fundamentalmente dentro de sua estrutura uma visão social, não promoveram estas demissões. Portanto, estão aptos a atender a população no seu horário integral, como era antigamente. E um dado fundamental neste aspecto é que o Banco Central não proibiu os bancos estatais de abrirem apenas as agências das onze e meia às dezesseis e trinta. Ele apenas recomendou. Os bancos estatais é que seguiram a vontade dos bancos privados.

Precisamos romper com isto no Paraná. O Governo do Estado tem que tomar uma medida de atendimento público facilitando a vida do mesmo, voltando a atender das dez às dezesseis e trinta e aí fazendo concorrência com os bancos privados. Porque o Banco do Estado hoje, sem dúvida alguma, está em décimo lugar no "ranking" dos bancos nacionais. O Banco do Estado, através de sua administração, através dos seus funcionários, da competência dos trabalhadores, dos bancários, assume hoje uma posição invejável entre os bancos nacionais. Está em décimo lugar. Está gerando lucros e tem que dar retorno à sociedade, tem que fazer valer a sua função social.

Desta forma, faço este requerimento apelando ao sentimento do Governador, ao próprio Presidente do BANESTADO, à Diretoria, aos Srs. Deputados, para que o Banco do Estado volte ao horário das dez às dezesseis e trinta, com isto atendendo o público em geral e aos funcionários que, também, com este horário, ficaram numa situação muito difícil. Trabalham a mesma coisa e têm que almoçar às dez e meia da manhã.

Então, Sr. Presidente, faço este requerimento. Faço um apelo aos Srs. Deputados, de forma com que possamos romper com este entrave que os bancos privados fazem com relação aos bancos estatais.

Era isto.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já vi dono de lanchonete de colégio ser denunciado e pagar multas à SUNAB por haver cobrado dez centavos a mais de um refrigerante. Mas não vi até agora uma ação mais enérgica dos administradores do

Plano Cruzado contra o "poderoso senhorio do gado", que está minando com pulso de ferro o próprio sucesso do Plano Cruzado, com o apoio de outros pares seus de igual quilate.

Enquanto desapareceu a carne dos açougues e das prateleiras dos supermercados, desfilam impunes de vorazes a pequena, mas toda-poderosa espécie dos "reis do gado". Bate no peito e no silêncio da cumplicidade do impatriotismo; juram quebrar todas as correntes do Plano Cruzado. Senhores do latifúndio nacional e que falam a mesma linguagem de seus aliados multinacionais, que aqui possuem nada menos que cinquenta e dois milhões de hectares do solo pátrio e quase tudo de nossa boiada, são eles mais fortes do que as grades da prisão, onde só se têm enroscado alguns donos de supermercados e mercearias.

Ora, se atentar contra o Plano Cruzado é levantar-se contra o maior projeto dos últimos tempos para sanear as finanças do País, o que é que está fazendo o Governo Federal, que ainda não colocou ao menos uma meia dúzia dos "reis do gado" atrás das grades, por estarem se insurgindo contra a economia popular?

Em contato recente com o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, quando de sua passagem por Maringá, não hesitamos - com um grupo de correligionários do PMDB, em pedir uma ação mais enérgica do Governo, também contra os grandes furadores do Plano Cruzado. Se o Congresso Nacional é também hoje uma Casa onde se abriga um sem número de parlamentares, integrantes ou cúmplices das chantagens e boicotes anti-povo, ora promovidos pelos reis do boi, a contradição está por ali vindo e por lá tem que ser saneada.

Que o Governo Federal assuma de uma vez por todas as consequências do Plano Cruzado, também na taxa de sacrifícios que diz respeito às remessas de lucros que as empresas multinacionais arrancam de nosso povo pobre, para opulência sem limite das suas grandes matrizes de além mar, bem como, relativamente ao senhorio da terra e do boi. São eles que prosseguem intocáveis enquanto o Plano Cruzado, vai perdendo o encanto, a força, o magnetismo e começa enfraquecer-se em todos os quadrantes do País. Dos latifúndios em greve branca, deve o Governo Federal confiscar o gado necessário para alimentar o povo. Deve botar os coronéis do boi atrás das grades e deixar que o povo é quem haverá de garantir as bases de uma Nova República, se de fato assumir os compromissos mais urgentes e fundamentais para o povo.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente concedo a palavra

ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois assuntos me trazem a esta tribuna, nesta data. Um deles é que o Jornal "O Estado do Paraná" estampa hoje uma notícia de que o PMDB usa a máquina das eleições e insere a notícia de que em 11 de novembro do ano passado, às vésperas das eleições para a Prefeitura Municipal de Curitiba, a FREI patrocinou um jantar para seis mil pessoas ou almoço, gastando a fortuna de cento e dez milhões, trezentos e cinquenta mil cruzeiros.

Já entrei em entendimentos com a Prefeitura Municipal de Curitiba, para fornecer-me os dados necessários, mas desde logo deve estranhar esta notícia estampada pelo Jornal "O Estado do Paraná", porque na verdade, olhando aqui a nota fiscal, verifico que a despesa foi de cento e dez mil, trezentos e cinquenta cruzeiros, e não cento e dez milhões, embora tenha minhas dúvidas com relação ao número de refeições que tenham sido seis mil refeições. Esclareço que traremos a esta Casa os informes mais precisos em data de amanhã, ou de 5.^a feira.

Mas, o assunto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que me traz efetivamente a esta tribuna, é que mais uma vez o Paraná está sendo agredido, está sendo vilipendiado por decisão do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que autorizou a construção de duas Usinas Hidrelétricas em rios da bacia do Ribeira, na divisa com o Estado de São Paulo.

Mas, devo historiar, Sr. Presidente, a minha participação nesse episódio que envolve naturalmente o Ministério de Minas e Energia e envolve o Governo do Estado de São Paulo, quando dirigido pelo Senhor Salim Malluf, envolve também o atual candidato ao Governo do Estado de São Paulo, pelo PTB, o Senhor Ermírio de Moraes.

Recentemente, Sr. Presidente, mais precisamente no dia 25 de julho, eu fui convidado pela Associação dos Prefeitos dos municípios do litoral e do Vale do Ribeira, para participar de uma reunião dessa entidade em Adrianópolis, com o objetivo de lá expor a situação em que se encontrava, naquela oportunidade, a questão do asfaltamento da estrada da Ribeira, assunto que eu tenho procurado trabalhar, porque entendo que o Vale da Ribeira é uma das regiões potencialmente mais ricas do Estado; e um ponto de entrave ao desenvolvimento dessa região é justamente a falta de pavimentação da Estrada da Ribeira que, por sinal, já está sendo executado o primeiro trecho entre Curitiba e Bocaiúva.

E esperamos que, no ano que vem, se dê continuidade a essa pavimentação para

atingirmos Adrianópolis e, posteriormente, também conseguirmos a pavimentação do Distrito de Tunas, em Bocaiúva do Sul, ligando com a BR-116, para proporcionar, inclusive, maior movimentação ao Porto de Antonina, como porto exportador de recursos minerais do Paraná.

Lá estive, portanto, em Adrianópolis, Sr. Presidente. Além desse assunto, na condição de Presidente da Comissão de Educação desta Casa, queriam os prefeitos do litoral e do Vale da Ribeira, lá reunidos, saber de alguns elementos e de alguns dados com relação à estrutura do ensino, principalmente na região de Adrianópolis - Bocaiúva.

E lá, Sr. Presidente, tomei conhecimento na reunião em que participei junto com os senhores prefeitos e demais autoridades da região - tomei conhecimento por parte, inclusive, do representante da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, de que estavam adiantadas as obras de construção de duas usinas hidrelétricas, que foram autorizadas a sua construção pelo Departamento Nacional de Águas e Energia, a uma determinada firma, a uma determinada empresa privada de São Paulo.

E pedia o representante da Secretaria da Cultura, providências aos prefeitos e a mim, único Deputado na reunião, para que, naturalmente, fossem sustadas estas obras, porque elas viriam em prejuízo do próprio Paraná, por alagar uma área considerada de terras férteis, desalojando um certo número de pessoas e gerando um desemprego, também acentuado para aquela região.

Quando voltei a Curitiba no dia seguinte, solicitei informações por telefone à COPEL. A COPEL, no dia 19 de agosto de 1986, por escrito, deu-me já as primeiras informações. Diz o documento assinado pelo Diretor-Presidente da COPEL, o Engenheiro Francisco Luiz Sibut Gomide, que obteve junto do Departamento Nacional de Águas e Energia, órgão do Ministério de Minas e Energia, que de fato duas empresas privadas estão pleiteando a concessão de usinas na Bacia da Ribeira. Quais são essas empresas? A primeira Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Ermírio de Moraes, no local chamado Descalvado e a segunda empresa, a Empresa de Construção Camargo Correa, que pretende construir uma usina em Eldorado. Diz ainda o documento da COPEL: ambas as concessões pleiteadas, são para potências da ordem de 130 a 150 megawatts e ainda informa que o Comitê da Bacia do Iguape, está ciente dos pedidos e tem algumas restrições a respeito, e por outro lado de que o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica já autorizou os projetos, devendo as concessões serem possivelmente outorgadas a empresas priva-

das.

Paralelamente a essas providências que tomei, Sr. Presidente, estive em contato com a comissão de sobrevivência da região do Vale da Ribeira, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Adrianópolis e com o Prefeito Municipal Sr. Argelino Milani e tomei conhecimento de que, neste último domingo, haveria em Adrianópolis uma grande concentração popular, abrangendo não só moradores desse município, como também de municípios do Estado de São Paulo e que se posicionavam contra a construção dessas usinas. O documento que está aqui em minhas mãos, Sr. Presidente, além de convidar-me para participar dessa concentração popular, que se realizaria como disse no domingo, mas retifico, foi na sexta-feira passada, dia 29 de agosto, na praça central de Adrianópolis e o desejo dessa concentração foi o de manifestar a revolta pelo projeto da construção de barragens do Rio Ribeira, com interesse nitidamente particular que inundará as maiores áreas produtivas da Região do Vale da Ribeira, desalojando cerca de mil e setecentas famílias e uma população aproximada de dez mil pessoas.

O documento afirma que o "projeto foi desenvolvido sorrateiramente durante anos e apenas comunicaram ao povo de que ele é irreversível e as desapropriações seriam feitas à revelia do próprio povo.

Com este fato prestes a ser consumado, a população dessa região sente a necessidade de se organizar, dizem eles, de unir as suas forças para que possamos lutar por nossos direitos e manifestar essa agressão aos direitos de sobrevivência digna à população atingida.

É a voz no interesse da coletividade que está sendo massacrado pelo poder de uma minoria, numa demonstração de força, que mais parece a discriminação do que a famosa democracia defendida literalmente pelos poderosos".

E conclui esse documento da comunidade: "o povo precisa, neste momento, que seus representantes manifestem objetivamente sua posição e assumam esta luta nos foros mais elevados. É nesta hora que precisamos de apoio", dizem os trabalhadores rurais de Adrianópolis, através de seu Sindicato, a comunidade através da Comissão de sobrevivência da Região do Vale da Ribeira e os munícipes de Adrianópolis, pela voz de seu prefeito, Argelino Milani.

Não pude comparecer, Sr. Presidente.

Esta concentração teve reflexo na imprensa, com pequenas notas.

Mas, por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no domingo retrasado, ao assistir o debate entre os candidatos ao Governo de São Paulo, vi os ataques dire-

tos havidos entre o candidato Malluf do PDS e o candidato Ermírio de Moraes, do PTB, apoiado por outros partidos políticos, inclusive o PFL, que por sinal, é o mesmo Partido do Sr. Ministro das Minas e Energia que é responsável pela concessão.

E leio hoje, Sr. Presidente, na Revista "VEJA", o comentário sobre essa acusação, dizendo, sob o título "USINA GRATUITA", e leio. (Lê):

"Para 135 milhões de brasileiros, o pagamento da conta de energia elétrica é feito no fim do mês, na caixa do banco, em dinheiro ou cheque. No mundo dos grandes negócios, onde vive Antônio Ermírio de Moraes, esse meio é apenas uma das formas de pagar, ou não, pela energia.

Em sua visita ao Palácio dos Bandeirantes, em 1982, Ermírio de Moraes pediu a Malluf que lhe emprestasse as usinas hidrelétricas de Limoeiro e Euclides da Cunha, que juntas geravam 70.000 quilowatts, suficientes para iluminar uma cidade como Barretos, de oitenta mil habitantes, para que pudesse produzir alumínio em condições de competir com os preços das empresas multinacionais, beneficiadas por subsídios de energia pelo Governo Federal. Em troca, Ermírio de Moraes prometeu construir uma outra usina para o Governo, que ficaria pronta em 1986, ou, quem sabe, em 1989. Depois Ermírio de Moraes pagaria a dívida - em energia, e não em dinheiro".

Ligamos os fatos, Sr. Presidente, porque uma das concessões é justamente uma concessão feita à CBA - Companhia Brasileira de Alumínio, do grupo Ermírio de Moraes.

A construção dessas usinas que alagam extensão de terras extremamente férteis no Vale da Ribeira, no território paranaense, não podem ser concedidas sem que o Governo do Paraná se posicione e, nesse sentido, então, Sr. Presidente, neste momento estou solicitando, por telegrama, ao Sr. Governador do Estado, providências no sentido de que sejam procedidos com a máxima urgência os estudos necessários para conhecermos a posição do Governo do Estado com relação à construção dessas usinas por empresas privadas no Rio Ribeira, na divisa Paraná - São Paulo, que vão alagar terras férteis do Município de Adrianópolis, no Paraná desalojando cerca de dez mil pessoas, mil e setecentas famílias, e com um processo de construção, ao que parece, sem que o Paraná tenha sido ouvido, sem que o Paraná pudesse opinar sobre a viabilidade ou não dessa construção, e sem que o Governo do Paraná tenha participado, segundo me parece, de quaisquer reuniões que levassem à solução desse problema.

Por outro lado, Sr. Presidente, esta comunicação e esta solicitação ao Governo do Estado do Paraná para que tome, após os

estudos necessários, a sua posição, e ela se faz urgente, pretendo fazer com que esta solicitação ao Governador do Estado, chegue ao conhecimento de todos os órgãos do Estado, direta ou indiretamente envolvidos com a questão; além da COPEL, a Secretaria da Agricultura, a Secretaria do Planejamento através da COMEC, enfim, todos os órgãos direta ou indiretamente envolvidos, para que, no mutirão cívico, possamos definir naturalmente os verdadeiros e reais interesses do Paraná, que podem ser até pela construção das usinas, mas o Paraná está sendo esquecido, está sendo marginalizado na discussão dessa problemática.

E, por outro lado, estou também produzindo um documento para ser remetido ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, solicitando maiores informes, inclusive colocando esta Casa à disposição desse Departamento, para vir aqui esclarecer ao povo do Paraná, todo o encaminhamento desta problemática que está sendo hoje levantada nesta Casa, e que está sendo de preocupação intensa dos moradores do Município de Adrianópolis e inclusive, dos municípios do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu encareço a cada uma das Bancadas com assento nesta Casa, que se posicione sobre este problema, é muito sério e muito grave, porque estamos vendo um entendimento do Governo Federal com empresas privadas do Estado de São Paulo, para resolver problemas paulistas, sem ouvir o Paraná, e as soluções dos problemas de São Paulo estão sendo encaminhados sem que o Paraná participe da discussão desses problemas; e o Paraná precisa levantar a sua voz em uníssono em defesa dos interesses do Estado, e os interesses, portanto, da população do Paraná, e no caso específico, da população sofrida do Município de Adrianópolis, deste Estado.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) Consulto a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é destinado.

Declinando, consulto a Liderança do PFL.

Declinando, consulto a Liderança do PDS.

Declinando, consulto a Liderança do PTB.

Declinando, consulto a Liderança do PDT.

Declinando, consulto a liderança do PL.

Declinando, consulto a Liderança do PCB.

Declinando, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 36/86, que declara de utilidade pública estadual a "GUARDA-MIRIM DE CAMPO MOURÃO", com sede e foro no Município de Campo Mourão. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 15, de 24.03.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 45/86, que declara de utilidade pública estadual a "CRECHE-LAR ROTARY VILA GUAÍRA", mantida pela Associação das Senhoras de Rotarianos de Goioerê, com sede e foro no Município de Goioerê. Aprovado. (Publicado no DA. n. 16, de 25.03.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 59/86, que autoriza o Poder Executivo a doar ao "LAR DE MENINAS ORICENA VARGAS", o imóvel de propriedade do Estado que especifica. Aprovado. (Publicado no DA. n. 23, de 08.04.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 61/86, que declara de utilidade pública o "ASILO SÃO VICENTE DE PAULO", com sede e foro em Ribeirão Claro. Aprovado. (Publicado no DA. n. 24, de 09.04.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 68/86, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE SANTA RITA DE CÁSSIA", Lar Iracy Dantas de Andrade, com sede nesta Capital. Aprovado. (Publicado no DA. 27, de 15.04.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 72/86, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE COMUNICADORES DO REINO", com sede e foro em Londrina. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 29, de 17.04.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 74/86, que dá nova redação ao art. 10, da Lei n. 8.199, de 17.12.85 (Conselho Paranaense de Turismo) acrescentando o inciso V - um representante dos funcionários da PARA-

NATUR, eleito na forma da Lei n. 8.096, de 14.06.85. Aprovado. (Publicado no DA. n. 32, de 24.04.86).

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 39/86, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ÂNGELO PLANAS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 84/86, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES RURAIS DE BARBOSA FERRAZ", com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 109/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALTÔNIA", com sede e foro no Município de Altônia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 136/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina "GUATAÇARA BORBA CARNEIRO", a Rodovia Estadual PR- 340, que liga o Município de Castro ao Município de Tibagi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 116/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a doar à Mitra do Bispado de Rito Ucraniano, os imóveis de sua propriedade que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 120/86, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel de propriedade do Estado, que especifica, ao Município de Pérola. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 138/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 75/86), objetivando autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Paranaguá os imóveis que especifica, havidos pelo Estado do Paraná conforme as transcrições imobiliárias que menciona, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 41/86 (Mensagem n. 01/86 - ex-Proposição n. 22/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, que referenda nos termos do art. 5.^o, da Lei n. 8.183, de 09/12/85, os orçamentos das fundações, empresas públicas, autarquias e órgãos de regime especial, para o exercício de 1986, todos constantes do Decreto n. 7228, de 08/01/86. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 44/86 (Mensagem n. 70/86 - ex-Proposição n. 78/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios datados de 26/02/86, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, e os Municípios de Araucária, Colombo e Piraquara, com interveniência da COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PME, para a implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros nas Municipalidades. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 45/86 (Mensagem n. 17/86 - ex-Proposição n. 38/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo, com os municípios e nas datas que especifica, visando a implantação de áreas de lazer e dos equipamentos básicos para o seu funcionamento nas municipalidades. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 46/86 (Mensagem n. 59/86 - ex-Proposição n. 72/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 03/02/86, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Trabalho, com interveniência da Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários e da Secretaria de Emprego e Salário, objetivando a cooperação técnica, administrativa e financeira para assegurar o fortalecimento do SINE no Estado. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 108/86, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE TREINAMENTO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL MONTE HOREBE", com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. 43, de 13/05).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 108/86

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Nobre Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Centro de Treinamento e Reintegração Social Monte Herebe", com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal a sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Adhemar Sicuro, ocorrido no dia 31 de agosto do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Alcides Pereira Júnior, ocorrido no dia 27 de agosto do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Albino Gugelmin, ocorrido no dia 28 de agosto do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosi Stoco de Paula, ocorrido no dia 27 de agosto do corrente ano, no Município de Campo Largo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongrue, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Amadeu Zanetti, ocorrido no dia 26 de agosto do referido ano,

no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Darci José Costa ocorrido no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nilo Johnsson, ocorrido no dia 30 de agosto do corrente ano, no Município de Rio Branco do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de apoio à ação do Presidente da Agrária Cooperativa Mista, do Município de Entre Rios, no sentido de ser revogada a decisão do Governo, de pagar parceladamente pelo preço do trigo este ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a aquisição de um terminal telefônico, na Escola Estadual "Epaminondas Novaes Ribas", Ensino de 1º Grau, do Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo as seguintes informações: Qual a atual situação funcional de um agente policial que foi autorizado a prestar serviços à Prefeitura Municipal de Japira? Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor diretor-Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto de Serviço no Auto-Posto Cambiju, na BR-376, Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Desembargador Armando Jorge Carneiro, ao assumir o cargo de Governador do Estado, em substituição ao Go-

vernador João Elísio Ferraz de Campos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Fazenda e da Justiça, encarecendo a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Empréstimo Compulsório, aos veículos adquiridos pelos Conselhos Comunitários de Segurança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, viabilizando a designação de um engenheiro-agrônomo para o escritório existente no Município de Campina da Lagoa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo a inclusão na Programação Orçamentária daquele Departamento, para o exercício de 1987, da ligação asfáltica partindo da PR-180, na localidade de Vista Alegre, Município de Enéas Marques, interligando Sede Progresso, Verê e Presidente Kennedy a Dois Irmãos, no Município de São João, unindo-a à PR-281. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à "AOSPAR" - Associação Benéfico e Cultural dos Aposentados e Pensionistas do Paraná, pela realização do 1º Congresso dos Aposentados e Pensionistas do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Ministro da Previdência Social, pela feliz e oportuna determinação de reposição, ainda este ano, da defasagem nos valores das aposentadorias nos últimos anos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pela passagem dos cinquenta anos de posse de Dom Ático Euzébio da Rocha, como segundo Arcebispo de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da Rodovia 180, trecho que liga o término da rodovia, ao trevo para o Município de Moreira Salles. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo a volta do horário antigo de atendimento ao público, do referido banco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 160/86, em Regime de Urgência. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre o desaparecimento de vultosa quantidade combustível, ocorrido no Porto de Paranaguá. Em caso afirmativo, qual a quantidade, quais as medidas a respeito e se houve demissão de qualquer funcionário envolvido. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 116, 120 e 138/86 e dos Projetos de Resolução n. 41, 44, 45 e 46/86.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 108 e 170/86.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 47 a 51/86.

Levanta-se a sessão.